



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Pós-Graduação *Lato Sensu*

MBA em Gestão da segurança pública e
sistema penitenciário

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-Alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso.....	4
7. Competências e Habilidades do Curso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem.....	5
9. Estágio Não Obrigatório.....	8
10. Matriz Curricular.....	10
11. Carga Horária.....	11
12. Conteúdo Programático	11
13. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Gestão da segurança pública e sistema penitenciário

Área de Avaliação (CAPES): Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (6.02.00.00-6)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 200 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso é destinado a profissionais das áreas que gravitam no em torno da temática da gestão pública em segurança pública, das ciências humanas e sociais, da psicologia, da tecnologia, gestores e tecnólogos

em segurança pública, das ciências policiais e órgãos militares federais e estaduais, servidores públicos, bacharéis em Direito, advogados, juízes, promotores, defensores públicos, e demais profissionais com curso superior em geral.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no Portal Pós, entrega da documentação pessoal e do diploma da graduação autenticado. Em seguida, analisados pela Instituição.

5. Justificativa do Curso

O Curso de MBA em Gestão da segurança pública encontra a sua justificação uma vez que se apresenta como uma das áreas prioritárias nas pautas dos governos, seja na esfera estadual ou federa, em razão do aumento preocupante da violência, da desordem e da criminalidade que assusta e aprisiona o cidadão.

A segurança pública não é uma preocupação apenas interna, sendo certo tratar-se de um fenômeno de escala mundial, e daí se destaca o serviço e a necessidade de inteligência.

Com o combate à criminalidade, necessário se faz a administração de políticas públicas na área de segurança pública e, por consequência, a sua gestão com a necessidade de formar profissionais aptos a aplicar planejamento estratégico, gerenciar crises, implementar indicadores seguros e avaliar esses índices com inteligência, com vistas ao emprego eficaz de combate à criminalidade.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Habilitar profissionais na gestão de processos de segurança pública;

- Preservar, sustentar e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, a partir da tomada de consciência quanto a relevância da Segurança Pública no cenário nacional das políticas sociais.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver capacidade de planejamento estratégico referente a segurança pública;
- Capacitar o operador para utilizar as ferramentas de gestão;
- Desenvolver habilidades essenciais para identificar e gerenciar crises;

7. Competências e Habilidades do Curso

Competências

- Atuar na resolução de problemas utilizando-se de modernas práticas de intermediação e no desenvolvimento de pensamento crítico no campo das ideias, buscando melhorar os processos internos na gestão aplicada área da Segurança Pública, utilizando-se de criatividade, inteligência emocional, interpessoal e relacional, bem como da tecnologia.

Habilidades

- Capacidade de efetivar o planejamento da abordagem e da solução de problemas ligados à dinâmica própria e particular da área da Segurança Pública.
- Executar programas e respectivo planejamento.
- Compreender a complexidade das demandas afetas à área da Segurança Pública.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Planejamento estratégico na gestão pública	0h	40h	40h
Orçamento e controles internos e externos	0h	40h	40h
Gestão de pessoas no setor público	0h	40h	40h
Segurança pública no Brasil	0h	40h	40h
Direitos humanos na segurança pública	0h	40h	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	0h	40h	40h
Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública	0h	40h	40h
Direito administrativo aplicado à segurança pública	0h	40h	40h
Mapeamento e gerenciamento de crises	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia básica:

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MOORE, Michael G., **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed., São Paulo: Cengage Learning, 2013.

Disciplina: Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Ementa: Administração Pública: construção do Estado e da sociedade; estrutura do Estado Brasileiro; organização da Administração Pública brasileira; princípios constitucionais e meios de controle da Administração Pública. Planejamento Estratégico na Administração Pública: Planejamento (fundamentos, processos, tipos); Planejamento estratégico (conceito, etapas do processo, histórico – origem, ascensão, queda e ressurgimento). Planejamento estratégico no setor público: diferença entre setor público e setor privado, planejamento estratégico no setor público, benefícios e dificuldades de implementação. Reforma administrativa e gestão pública: reforma administrativa; gestão nos serviços públicos; dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, tipo de serviços públicos e papel do Estado; gestão de serviços públicos e boa governação.

Objetivo: A disciplina “Planejamento Estratégico na Gestão Pública” procura compreender a estrutura do Estado e da Administração Pública para,

posteriormente, delinear o planejamento estratégico na Administração Pública. Não obstante, busca-se analisar a reforma administrativa e seus impactos na gestão pública. Assim, será possível compreender as mudanças nos modelos de Administração Pública e avaliar os modelos de planejamento estratégico.

Competências e Habilidades:

- Compreender a noção de Estado e como está estruturado o Estado brasileiro;
- Compreender a estrutura da Administração Pública brasileira;
- Conhecer o planejamento estratégico e seu processo na tomada de decisões;
- Conhecer o planejamento estratégico na Administração Pública e seus métodos;
- Desenvolver o planejamento na gestão pública.

Conteúdo Programático 1: A construção do Estado e da sociedade.

O primeiro tema tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação do Estado e da sociedade, bem como, da estruturação do Estado Brasileiro. Para tanto, será apresentado a noção de Estado, identificando as teorias relacionadas à sua origem e desenvolvimento histórico. No que se refere ao Estado brasileiro, busca-se delinear sua estrutura organizacional.

Texto de apoio: MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Conteúdo Programático 2: Administração Pública brasileira.

O segundo tema tem como objetivo apresentar a estrutura da Administração Pública brasileira, de modo a delinear a organização pública, diferenciando Governo, Estado e Administração Pública. Busca-se, ainda, apresentar a Administração Pública em seus três sentidos: principiológico, sentido objetivo e subjetivo. Além disso, objetiva-se identificar os meios de controle da Administração Pública.

Texto de apoio: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e processo de tomada de decisão.

O objetivo do terceiro tema é apresentar o planejamento como uma das funções administrativas. Neste sentido, discutem-se os fundamentos do planejamento, que nada mais são do que um tipo particular de tomada de decisão. Traçam-se, ainda, os processos de planejamento e seus três tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional.

Texto de apoio: CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

Conteúdo Programático 4: Planejamento estratégico e seus precedentes históricos.

O quarto tema tem como objetivo analisar o Planejamento Estratégico, de modo a apresentar seu conceito e as etapas do processo de planejamento estratégico. Busca-se, ainda, apresentar seu desenvolvimento histórico, de modo a elencar sua origem, ascensão, queda e ressurgimento.

Texto de apoio: MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia:** conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico no setor público.

O objetivo do quinto tema é a analisar o Planejamento estratégico no setor público. Para tanto, busca-se delinear as diferenças entre setor público e setor privado e apresentar o planejamento estratégico no setor público, de modo a tratar dos benefícios e dificuldades de sua implementação.

Texto de apoio TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público.** São Paulo: Editora Senac, 2019.

Conteúdo Programático 6: Reforma administrativa e gestão pública.

Para o sexto tema busca-se analisar os impactos da reforma administrativa e identificar as técnicas de gestão adotadas pela Administração Pública.

Texto de apoio: LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública:** modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: InterSaberes, 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico na gestão pública.

O objetivo do sétimo tema é traçar a dimensão estratégica e comportamental da gestão pública, bem como os tipos de serviços públicos e o papel do Estado. Busca-se, ainda, delinear a gestão de serviços públicos e a boa governação.

Texto de apoio: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública:** Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

Bibliografia básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos:** os novos horizontes em administração. 3. ed. Barueri: Manole, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão pública: Abordagem Integrada da Administração e do Direito Administrativo**. Atlas: Rio de Janeiro, 2017.

MINTZBERG, Henry et al. **O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 27. ed. São Paulo: Método, 2019.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de gestão em organizações públicas: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

CAULLIRAX, Heitor; YUKI, Mauro (Org.). **Gestão pública e reforma administrativa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

TROTTMANN, Paula; CORRÊA, Victor. **Planejamento estratégico orientado ao setor público**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

Disciplina: Orçamento e Controles Internos e Externos

Ementa: Organização orçamentária no Brasil. Orçamento como ferramenta de planejamento gerencial. Programação e execução financeira. Controles Interno e Externo. Controle Social.

Competências e Habilidades:

- Discernir sobre a questão do orçamento na Administração Pública, a importância do planejamento
- Identificar os valores basilares na construção do processo orçamentário na Administração Pública.
- Reconhecer o histórico e quais são as ferramentas instituídas para a formulação, validação e aprovação do orçamento no Brasil.
- Conhecer e analisar os instrumentos da programação e execução orçamentária.

- Identificar os instrumentos de Controles Internos e Externos.
- Praticar a Cidadania.

Conteúdo Programático 1: Planejamento e Orçamento Público.

Conteúdo Programático 2: Modelo Orçamentário no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Programação e Execução Financeira.

Conteúdo Programático 4: O controle da execução orçamentária.

Bibliografia:

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das Finanças**. 16. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Referências complementares:

AGUIAR, Joaquim Castro. **Sistema Tributário Municipal**. Editora Jose Konfino, 1971.

AGUIAR, Ubiratan Diniz; FIGUEIREDO, Alexandre; FIGUEIREDO, Pedro Ângelo Sales. Controle Social das Contas Públicas. “O papel do Controle Externo: TCU, TCE, TCM”.

Universidade Aberta do Nordeste. Disponível em:

http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-03.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 2. Ed. Brasília, Coleção Gestão Pública, 2008.

BENEVIDES, Mauro. Controle Social das Contas Públicas. Educação fiscal e controle social. **Universidade Aberta do Nordeste**. Disponível em:

http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-09.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

BLIACHERIENE, Ana Carla e RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Fiscalização financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento. In. Conti, José Mauricio e Scaff, Fernando Facury. Coordenadores. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. **Editora Revista dos Tribunais**, 2011.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FERRER, Flôrência. “**Déficit de Avaliação**” na Administração Pública e seus Efeitos Perversos. Disponível em: <www.florenciaferrer.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FUNDAP – **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Gestão Orçamentária e Financeira. Programa de Desenvolvimento Gerencial. São Paulo, 2008.

HARADA, KYOSHI. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

MARE - **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO – Programa da qualidade e participação na administração pública**, Caderno 4, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE GESTÃO. **Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial [...]. Produto 1:** Mapeamento bibliográfico e do Estado da Arte sobre indicadores de Gestão. Brasília, 2009.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR, José Teixeira. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro. Lumen Juris Editora, 2012.

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE. **Controle Social das Contas Públicas**. Disponível em: www.ontrolesocial.fdr.com.br. Acesso em: 21 nov. 2016.

Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa: Servidores estatutários. Empregados públicos. Servidores temporários. Provimento. Licenças. Afastamentos. Vacância. Seguridade social. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar.

Tema 1 - Os agentes públicos no direito brasileiro

Tema 2 - Provimento, movimentação e vacância na Administração Pública

Tema 3 - Licenças, afastamentos e outras particularidades

Tema 4 - Regime disciplinar e processo administrativo disciplinar.

Bibliografia

BORGES, Emerson. **A Constituição brasileira ao alcance de todos**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4.ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 22.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

LAZARI, Rafael de; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual de direito administrativo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Apontamentos sobre os agentes e órgãos públicos**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975

Disciplina: Segurança pública no Brasil

Ementa: Noções introdutórias da Segurança Pública; História da Segurança Pública no Brasil; Paradigmas de Segurança Pública; a Constituição Federal e Segurança Pública; Sistemas de Defesa Social no Brasil Contemporâneo; Segurança pública e bases fundantes da política: o monopólio da força pelo Estado, a tradição liberal e a prática democrática. Modelos de Gestão e Políticas de Segurança Pública. Conceitos: O Processo Constitutivo da Organizações Policiais no Brasil. Funções e Atribuições da Polícia numa

sociedade Democrática. Modelos de controle das organizações policiais: controle interno, externo e misto. Propostas de reformulação do Sistema de Segurança Pública Nacional.

Competências e Habilidades:

- Analisar o estudo da Segurança Pública no Brasil;
- Compreender o status vigente da Segurança Pública no Brasil;
- Análise crítica das possíveis soluções relacionadas com a temática da Segurança Pública;

Conteúdo Programático 1: Noções introdutórias e história da segurança pública no Brasil contemporâneo. Paradigmas de Segurança Pública; a Constituição Federal e Segurança Pública.

Conteúdo Programático 2: Sistemas de Defesa Social no Brasil Contemporâneo; Segurança pública e bases fundantes da política: o monopólio da força pelo Estado, a tradição liberal e a prática democrática.

Conteúdo Programático 3: Modelos de Gestão e Políticas de Segurança Pública. Conceitos: O Processo Constitutivo da Organizações Policiais no Brasil.

Funções e Atribuições da Polícia numa sociedade Democrática.

Conteúdo Programático 4: Modelos de controle das organizações policiais: controle interno, externo e misto. Propostas de reformulação do Sistema de Segurança Pública Nacional.

Bibliografia Básica:

ROLIM, Marcos. A síndrome da rainha vermelha - Policiamento e Segurança Pública no Século XXI - Centre for Brazilian Studies - University Of Oxford – ZAHAR.

AZABÓ, Ilona. RISSO, Melina. Segurança Pública para virar o jogo. ZAHAR.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. Segurança Pública. Atlas. 2013
AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública, a Juridicidade Operacional da Polícia. Brasília: Consulex, 2003.

SILVA, Jorge da. Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional – Ed. Saraiva, 2012.

BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais. O princípio da dignidade da pessoa humana. Ed. Renovar, 2008.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 33ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

BONAVIDES, Paulo. Teoria Constitucional da Democracia Participativa. São Paulo: Malheiros, 2011.

CENEVIVA, Walter. Direito Constitucional Brasileiro - São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed. Saraiva Jur. 2019.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Ed.

Revista dos Tribunais, 2018.

TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 17ª ed. Saraiva Jur. 2019

BITTNER, Egon. A capacidade do uso da força como função nuclear no papel da polícia. In Aspectos do Trabalho Policial. Coleção Polícia e Sociedade, vol. 8.

São Paulo, EDUSP, 2003, pp.: 107-113.

FOUREAUX, Rodrigo. Segurança Pública. Juspodivm. 2019.

SUXBERGER, Antonio Henrique Graciano. SANTOS, Leonardo Augusto de A. Cezar dos. JUNIOR, Octahydes Ballan. SILVA. Rodrigo Monteiro da. Segurança Pública – os Desafios da Pós-Modernidade. Lumen Juris. 2019.

Disciplina: Direitos humanos na segurança pública

Ementa: Direitos Humanos e Segurança Pública. Piso Mínimo de Direitos Humanos. Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos. Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Competências e Habilidades:

- Discutir os Direitos Humanos frente à Segurança Pública;
- Executar programas e respectivo planejamento, observando as diretrizes dos humanos direitos;
- Compreender a complexidade das demandas afetas à área da Segurança Pública;

Conteúdo Programático 1: Direitos Humanos e Segurança Pública.

Conteúdo Programático 2: Piso Mínimo de Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 3: Segurança Pública como garantia de efetividade dos Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 4: Segurança Pública e Dignidade da Pessoa Humana. Normas Nacionais e internacionais do sistema prisional e tratamento de presos.

Bibliografia Básica:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11^a edição. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. 5^a edição. Ed. Método. 2018.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 18^a ed. rev. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SCAFF, Fernando Facury. Contribuições de Intervenção e Direitos Humanos de Segunda Dimensão. Revista de Direito Tributário da Apet. São Paulo: Ed. MP, 2006.

Bibliografia Complementar:

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Direitos Humanos Fundamentais. 15^a edição. Saraiva. 2016.

JR., Paulo Hamilton Siqueira Jr. OLIVEIRA, Miguel Augusto Machado de Oliveira. 4^a edição. Saraiva. 2016.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 5ª edição. Saraiva Jur. 2017.

SPANHOL, Fernando J. LUNARDI, Giovani M. SOUZA, Márcio Vieira.

Tecnologias da Informação e comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos. Blucher Open Access.

Disciplina: Licitações e Lei de Responsabilidade Fiscal

Ementa: Estudo da Administração Pública, incluindo seu conceito, formas de organização, diferenciação e classificação dos entes públicos. Compreensão do conceito de licitação e sua fundamentação legal. Diferenciação e análise dos tipos e modalidades de licitação e suas aplicações. Análise dos princípios aplicados à licitação. Verificação das normas que disciplinam as licitações: Lei nº 8.666/93 e a Nova Lei de Licitações, Lei 14133/2021; Lei nº 10.520/02; LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estudo do edital de licitação: forma, elementos, critérios, especificações, instruções. Análise dos principais aspectos e elementos do contrato administrativo: cláusulas, fiscalização, rescisão, multa. Verificação das hipóteses de dispensa do processo licitatório e contratação direta. Análise de recursos cabíveis no processo licitatório e inexecução contratual, e os tipos penais da Lei nº 8.666/93. Aspectos práticos das licitações.

Competências e Habilidades:

- Compreender a Administração Pública, seu conceito, Administração Pública Direta e Indireta;
- Compreender o conceito de ente público, órgãos, entidades, sua diferenciação e classificação;
- Conhecer os diversos tipos e modalidades da licitação, sua aplicação e obrigatoriedade de utilização pelos entes públicos;
- Conhecer as leis que regulamentam e disciplinam o processo de licitação;
- Verificar as atualizações da Nova Lei das Licitações;
- Estudar os princípios que regem o processo licitatório;
- Compreender os elementos que compõe o edital de licitação e sua importância;
- Estudar controle administrativo e responsabilidade fiscal;
- Analisar o controle administrativo nas licitações.

Conteúdo Programático 1: A Administração Pública: conceito, classificação, órgãos, entidades, diferenciação e classificação dos entes públicos; orçamento público. A Administração Pública, serviços Públicos e a necessidade de licitar.

Conteúdo Programático 2: Conceito de licitação: fundamentação legal, tipos, modalidades, princípios aplicados à licitação. Nesta aula será aprofundada a

licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço. Nova Lei de Licitações.

Conteúdo Programático 3: Processo licitatório. Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação. Recursos. Nova Lei de licitações.

Conteúdo Programático 4: Controle Administrativo e Responsabilidade Fiscal; órgãos de fiscalização e formas de fiscalização na licitação. Lei de acesso à Informação.

Bibliografia básica:

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

MONTEIRO, Vera (coord.). O novo regime jurídico das licitações e contratos. Revista do Advogado. São Paulo, nº 153, Mar.2022.

Bibliografia complementar:

AGUIAR, Afonso Gomes. **Lei de responsabilidade Fiscal**. Fórum, 2004.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Disciplina: Inovações e Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública

Ementa: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Desorganização Informacional. As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Competências e Habilidades:

- Entender a sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades e a novação de governo eletrônico;

- Compreender possíveis apropriações tecnológicas no campo da gestão pública, bem como a transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais.;
- Estudar modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras;
- Estudar processos de mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada.

Conteúdo Programático 1: Tecnologia da Informação: história e conceito. Evolução da TI. Demonstração do histórico da evolução de TI, as ondas e ciclos de TI.

Conteúdo Programático 2: Tecnologias emergentes e suas aplicabilidades. Tecnologias Emergentes – ECM. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Conteúdo Programático 3: Mapeamento, análise e modelagem de processos. Apresentar mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio. Elementos do Processo de Negócio. Apresentação dos padrões metodológicos.

Conteúdo Programático 4: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I. **Ciência, Tecnologia e Regionalização**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631.

CRUZ, T. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 3ª edição, 20ª reimpressão. São Paulo: Atlas. 2011. ISBN 9788522435227.

CRUZ, T. **WORKFLOW II. A Tecnologia Que Revolucionou Processos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. ISBN 9788576500192.

Demais referências

CASTELLS, M., **A Sociedade em Rede**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

COPPIN, B. **Inteligência Artificial**. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

CORRÊA, H. L. **Administração de Cadeias de Suprimentos e Logística**: integração na era da Indústria 4.0. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CRUZ, T. **BPM & BPMS**: Business Process Management & Business Management System. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

CRUZ, T. **Sistemas, Métodos & Processos**. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

CRUZ, T. **Sistemas, Organização e Métodos**. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

CRUZ, T. **Gerência do Conhecimento**. Rio de Janeiro: E-Paper, 2007. ISBN 9788576501299.

FOROUZAN, B. A. **Comunicação de Dados e Redes de Computadores**. São Paulo: AMGH Editora, 2010.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

JONES, T. **Supply Chain Management in the Petroleum Industry** – the UK experience. Rio de Janeiro: MDT International, 2010.

LAURINDO, J. **Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166.

LOZADA, G. **Planejamento e Controle da Produção Avançado**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ROCHA, A.; VENDRAMETTO, O. **Seleção de Indicadores de Eficiência da Competitividade Industrial Brasileira**. São Paulo: Blucher, 2016.

SACOMANO, J. B. *et al.* **Indústria 4.0**: conceitos e fundamentos. São Paulo: Blucher, 2018.

SANTOS, M. P.; PERES, S. M.; PAULA, M. H. de. (Orgs.). **História, Cidades, Redes Políticas e Sociais**. São Paulo: Blucher, 2017.

SANTOS, P. K. dos; RIBAS, E.; OLIVEIRA, H. B. **Educação e Tecnologias**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

SHARDA, R.; DELEN, D.; TURBAN, E. **Business Intelligence e Análise de Dados para Gestão do Negócio**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

SILVA, E. B. da *et al.* **Automação & Sociedade**: Quarta Revolução Industrial, um olhar para o Brasil. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

TURBAN, E. *et al.* **Business Intelligence**: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio. Porto Alegre: Bookman, 2008.

ZOLNERKEVIC, I. Velozes e Poderosos. **Revista Unesp Ciência**, São Paulo, n. 2, p. 18-25, out. 2009. Disponível em: <https://www.unesp.br/aci/revista/ed02/pdf/UC_02_Grid.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Disciplina: Direito Administrativo aplicado a Segurança Pública

Ementa: Conhecimentos relativos aos princípios jurídicos regentes da atividade administrativa executada pelo militar do Estado. Princípios do Direito Administrativo aplicados à Segurança Pública. Poderes Administrativos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública. Improbidade Administrativa.

Competências e Habilidades:

- Desenvolver conhecimentos relativos à aplicação do direito administrativo aos profissionais da Segurança Pública.

- Aprofundar estudo da responsabilidade civil da administração pública.
- Aplicar regras da probidade administrativa na execução de programas na Segurança Pública.

Conteúdo Programático 1: Conhecimentos relativos aos princípios jurídicos regentes da atividade administrativa executada pelo militar do Estado, sintonizando seus conceitos com as contemporâneas exigências e necessidades do relacionamento Estado-Sociedade.

Conteúdo Programático 2: Princípios do Direito Administrativo aplicados à Segurança Pública.

Conteúdo Programático 3: Poderes Administrativos. Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública.

Conteúdo Programático 4: Responsabilidade Civil da Administração Pública e do Agente de Segurança Pública. Improbidade Administrativa.

Bibliografia Básica:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17ª edição. Saraiva.

FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 33ª edição.

Gen/Atlas. 2019.

NOHARA, Irene. Direito Administrativo. 9ª edição. Gen/Atlas. 2019

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 2018.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. 32ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Jorge Luiz Nogueira de. Direito Administrativo Militar. 2ª edição. Gen/Método.

FIGUEIREDO, Lucia Valle. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

LAZZARINI, Álvaro. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LAZZARINI, Álvaro et al. outros. Direito Administrativo da Ordem Pública. São Paulo: Forense, 2007.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes. Tratado de Direito Administrativo Disciplinar. 2ª edição. GEN/Forense. |

Disciplina: Mapeamento e gerenciamento de crises

Ementa: Noções introdutórias de conflito: conceito, tipos, estilo e a forma de tratamento de conflitos. Legalidade funcional no gerenciamento e na negociação dos conflitos e crises. O mediador: ética e gerenciamento. Mediação em contextos de violência. O surgimento da crise. Processos de intervenção e resolução dos conflitos. Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Eventos críticos e sua negociação. Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução.

Competências e Habilidades:

- Identificar conflitos e crises;
- Aprofundar conhecimentos para tratativas dos conflitos;
- Desenvolver a mediação como forma de intervenção e resolução de conflitos e crises.

Conteúdo Programático 1: Noções introdutórias de conflito: conceito, tipos, estilo e a forma de tratamento de conflitos. Legalidade funcional no gerenciamento e na negociação dos conflitos e crises. O mediador: ética e gerenciamento. Mediação em contextos de violência.

Conteúdo Programático 2: O surgimento da crise. Processos de intervenção e resolução dos conflitos na segurança pública e no sistema penitenciário.

Conteúdo Programático 3: Conceitos básicos de gerenciamento de crises. Eventos críticos e sua negociação.

Conteúdo Programático 4: Os órgãos de segurança pública e o gerenciamento de conflitos críticos. Alternativas táticas e operacionais para a resolução.

Bibliografia Básica:

SILVA, Marco Antonio. Gerenciamento de crises policiais. 1ª edição.

Intersaberes. 2016

BIRCH, John. Como sobreviver na crise. Sem crise. Revista Propaganda, São Paulo, n. 486, p. 9-12, ago. 1993.

CALDINI, Alexandre. Como gerenciar a crise. Exame. São Paulo, v.34, nº2, p.116-18, janeiro 2000.

Bibliografia Complementar:

CARVAS JÚNIOR, Waldomiro. Relações públicas no gerenciamento de crises.

In: KUNSCH, Margarida M. Krohling. Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo: Pioneira, 1997.

FORNI, João José. Comunicação em tempo de crise. In: DUARTE, Jorge (org.) Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria técnica. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.

NASSAR, Paulo. História e comunicação empresarial. Comunicação Empresarial, São Paulo, 1999. |

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

